

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	11
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	15
----------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	71
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	72
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	73

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.071.134
Preferenciais	0
Total	1.071.134
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	15/04/2014	Dividendo	15/04/2014	Ordinária		35,75723
Reunião do Conselho de Administração	18/08/2014	Dividendo	18/08/2014	Ordinária		36,77030

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	684.850	590.051	593.205
1.01	Ativo Circulante	220.356	82.638	190.971
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	126.567	38.224	158.600
1.01.02	Aplicações Financeiras	55.531	16.216	15.812
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	55.531	16.216	15.812
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	55.531	16.216	15.812
1.01.03	Contas a Receber	35.388	26.974	15.379
1.01.03.01	Clientes	17.619	16.899	15.379
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	17.769	10.075	0
1.01.03.02.01	Contas a Receber Com Partes Relacionadas	17.769	10.075	0
1.01.04	Estoques	65	73	75
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.934	431	553
1.01.07	Despesas Antecipadas	815	691	548
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	56	29	4
1.01.08.03	Outros	56	29	4
1.02	Ativo Não Circulante	464.494	507.413	402.234
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	199.770	196.061	41.691
1.02.01.03	Contas a Receber	14	14	14
1.02.01.03.01	Clientes	14	14	14
1.02.01.06	Tributos Diferidos	32.962	40.303	40.542
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32.962	40.303	40.542
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	164.075	154.000	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	164.075	154.000	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.719	1.744	1.135
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	2.719	1.744	1.135
1.02.03	Imobilizado	964	1.134	1.054
1.02.04	Intangível	263.760	310.218	359.489

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	684.850	590.051	593.205
2.01	Passivo Circulante	203.954	129.881	115.696
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.064	2.262	1.876
2.01.02	Fornecedores	3.050	3.025	2.213
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.762	4.853	3.954
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.291	3.446	2.691
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.471	1.407	1.263
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	117.191	43.959	43.359
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	317	0	13
2.01.04.02	Debêntures	116.874	43.959	43.346
2.01.05	Outras Obrigações	53.238	47.529	45.690
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.339	2.332	1.722
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.339	2.332	1.722
2.01.05.02	Outros	50.899	45.197	43.968
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.572	0	0
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	1.417	871	1.712
2.01.05.02.05	Credores pela Concessão	46.752	44.221	42.113
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	158	105	143
2.01.06	Provisões	23.649	28.253	18.604
2.01.06.02	Outras Provisões	23.649	28.253	18.604
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	23.649	28.253	18.604
2.02	Passivo Não Circulante	310.136	304.784	353.607
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	178.517	132.638	161.748
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	754	0	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	754	0	0
2.02.01.02	Debêntures	177.763	132.638	161.748
2.02.02	Outras Obrigações	93.177	128.321	156.255
2.02.02.02	Outros	93.177	128.321	156.255
2.02.02.02.04	Credores pela Concessão	93.177	128.265	156.191

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.02.02.02.05	Fornecedores	0	56	64
2.02.04	Provisões	38.442	43.825	35.604
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.332	3.145	3.703
2.02.04.02	Outras Provisões	34.110	40.680	31.901
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	34.110	40.680	31.901
2.03	Patrimônio Líquido	170.760	155.386	123.902
2.03.01	Capital Social Realizado	107.543	107.542	107.542
2.03.04	Reservas de Lucros	63.217	47.844	16.360
2.03.04.01	Reserva Legal	6.109	9.547	6.178
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	57.108	38.297	10.182

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	319.473	293.167	253.968
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-142.686	-147.359	-159.910
3.03	Resultado Bruto	176.787	145.808	94.058
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.623	-16.862	-18.029
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.822	-17.185	-18.348
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-15.478	-16.492	-17.693
3.04.02.02	Remuneração Administração	-1.303	-668	-636
3.04.02.03	Tributárias	-41	-25	-19
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	199	323	319
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	160.164	128.946	76.029
3.06	Resultado Financeiro	-16.118	-26.037	-40.376
3.06.01	Receitas Financeiras	35.729	17.716	14.490
3.06.02	Despesas Financeiras	-51.847	-43.753	-54.866
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	144.046	102.909	35.653
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-47.971	-35.528	-11.021
3.08.01	Corrente	-40.632	-35.289	-20.121
3.08.02	Diferido	-7.339	-239	9.100
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	96.075	67.381	24.632
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	96.075	67.381	24.632
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,89340	0,62660	22,99907
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,89340	0,62660	22,99907

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	96.075	67.381	24.632
4.03	Resultado Abrangente do Período	96.075	67.381	24.632

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	185.522	177.082	129.719
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	92.592	111.085	107.785
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	71.270	64.336	61.275
6.01.01.03	Baixa de Ativo Permanente	2	3	8
6.01.01.04	Baixa de Ativo Intangível	4	93	107
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social	7.339	239	-9.100
6.01.01.06	Desp. de Juros, Líquida de Receitas	34.019	23.425	26.377
6.01.01.08	Const.(rever.)de prov. para Conting.	1.446	353	2.556
6.01.01.10	Result. Financ. com Ajuste a Vr.Presente	3.300	2.291	4.031
6.01.01.11	Provisao para Manutenção em Rodovias	-14.474	16.138	-142
6.01.01.13	Var. monet. e juros s/ credores p/ concessão	13.167	17.233	23.662
6.01.01.14	Receitas com aplic. financeiras vinculadas	-2.750	-1.173	-989
6.01.01.15	Receitas financeiras com mútuo entre partes relacionadas	-20.731	-11.853	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.145	-1.384	-2.698
6.01.02.01	Contas a Receber	-947	-1.520	-2.122
6.01.02.02	Estoques	8	2	-3
6.01.02.03	Despesas Antecipadas, adto.fornec.e outr	-123	-144	-106
6.01.02.04	Imposto a Recuperar	-1.504	122	705
6.01.02.05	Fornecedores	795	1.005	-937
6.01.02.06	Fornecedores - partes relacionadas	9	610	-32
6.01.02.07	Obrigações Sociais	-198	386	201
6.01.02.08	Obrigações Fiscais	34.804	32.695	16.616
6.01.02.09	Cauções Contratuais	546	-841	876
6.01.02.10	Depósito Judicial	-975	-609	545
6.01.02.11	Credores pela Concessão	19	-321	58
6.01.02.12	Outras contas a pagar	53	-36	47
6.01.02.14	Outros créditos	-24	-25	9
6.01.02.15	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	-259	-911	-482
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-35.349	-31.797	-18.073

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01.03	Outros	96.075	67.381	24.632
6.01.03.01	Lucro Líquido (prejuízo)	96.075	67.381	24.632
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-62.614	-14.930	-3.009
6.02.02	Aquisições de Ativo Imobilizado	-210	-544	-133
6.02.04	Adições ao Intangível	-25.264	-14.898	-4.417
6.02.05	Resgate de Aplic.Financ.Vinculadas	20.152	51.865	55.946
6.02.06	Aplicações Financeiras	-57.292	-51.353	-54.405
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-34.565	-282.528	-138.629
6.03.01	Captações	151.261	0	0
6.03.03	Pagamentos de Principal - Debêntures	-45.933	-36.180	-36.180
6.03.04	Pagamentos de Juros - Debêntures	-20.241	-15.742	-19.650
6.03.05	Pgto. Credores pela Concessão	-45.743	-42.730	-40.595
6.03.06	Pagamento de dividendos	-77.677	-35.898	-35.203
6.03.07	Pagamento de Principal - Empréstimos	0	-13	-2.091
6.03.08	Pagamentos de juros - Empréstimos	8	0	-107
6.03.09	Pagamento de juros sobre o capital próp.	0	0	-3.131
6.03.11	Imposto de renda retido na fonte	3.760	2.035	0
6.03.12	Pagamento de impostos parcelados	0	0	-1.672
6.03.13	Mútuo entre empresas ligadas	0	-154.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	88.343	-120.376	-11.919
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	38.224	158.600	170.519
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	126.567	38.224	158.600

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	107.542	0	47.845	0	0	155.387
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	107.542	0	47.845	0	0	155.387
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-38.296	-42.406	0	-80.702
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.296	-39.380	0	-77.676
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.026	0	-3.026
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	96.075	0	96.075
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	96.075	0	96.075
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	53.669	-53.669	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.804	-4.804	0	0
5.06.04	Dividendo adicional proposto	0	0	48.865	-48.865	0	0
5.07	Saldos Finais	107.542	0	63.218	0	0	170.760

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	107.542	0	16.360	0	0	123.902
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	107.542	0	16.360	0	0	123.902
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-10.182	-25.716	0	-35.898
5.04.06	Dividendos	0	0	-10.182	-25.716	0	-35.898
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	67.381	0	67.381
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	67.381	0	67.381
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	41.665	-41.665	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.369	-3.369	0	0
5.06.04	Dividendo Adicional Proposto	0	0	38.296	-38.296	0	0
5.07	Saldos Finais	107.542	0	47.843	0	0	155.385

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	107.542	0	24.198	0	0	131.740
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	107.542	0	24.198	0	0	131.740
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-19.252	-13.218	0	-32.470
5.04.06	Dividendos	0	0	-19.252	-9.534	0	-28.786
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.684	0	-3.684
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.632	0	24.632
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.632	0	24.632
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	11.414	-11.414	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.232	-1.232	0	0
5.06.04	Dividendo Adicional Proposto	0	0	10.182	-10.182	0	0
5.07	Saldos Finais	107.542	0	16.360	0	0	123.902

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	347.567	319.663	277.595
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	347.567	319.663	277.595
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-79.758	-100.477	-125.068
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-55.750	-72.348	-85.859
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.995	-3.788	-7.392
7.02.04	Outros	-18.013	-24.341	-31.817
7.02.04.01	Custo de Concessão	-18.013	-24.341	-31.817
7.03	Valor Adicionado Bruto	267.809	219.186	152.527
7.04	Retenções	-71.270	-64.336	-61.275
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-71.270	-64.336	-61.275
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	196.539	154.850	91.252
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	35.729	17.717	14.490
7.06.02	Receitas Financeiras	35.729	17.717	14.490
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	232.268	172.567	105.742
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	232.268	172.567	105.742
7.08.01	Pessoal	16.541	13.003	11.699
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.835	9.156	8.157
7.08.01.02	Benefícios	3.706	3.127	2.904
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.000	720	638
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	78.896	64.197	36.847
7.08.02.01	Federais	62.722	48.958	23.261
7.08.02.02	Estaduais	9	8	4
7.08.02.03	Municipais	16.165	15.231	13.582
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40.756	27.986	32.564
7.08.03.01	Juros	35.381	24.427	27.174
7.08.03.02	Aluguéis	2.076	1.463	1.385
7.08.03.03	Outras	3.299	2.096	4.005
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	96.075	67.381	24.632
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.026	0	3.684

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.08.04.02	Dividendos	39.380	25.716	9.534
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	53.669	41.665	11.414

Relatório da Administração



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA VIANORTE S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Vianorte S.A. (“Companhia” ou “Vianorte”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Vianorte iniciou suas operações em 06 de março de 1998 com o objetivo exclusivo de realizar, sob regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário constituído pela Rodovia Anhanguera (SP-330), Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira (SP-322), Rodovia Alexandre Balbo/contorno Norte de Ribeirão Preto (SP-328) e Avenida dos Bandeirantes (SP-325/322), compreendendo a execução, gestão e fiscalização de serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 20 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, extinguindo-se em 06 de março de 2018. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

Em dezembro de 2006, o controle acionário da Vianorte passou a ser exercido pela SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A. (“SPR”), empresa pertencente à OHL Brasil S.A.

Em 17 de dezembro de 2010, a SPR foi incorporada integralmente pela Vianorte, passando a OHL Brasil S.A. a exercer o controle direto da Companhia. A incorporação integrou o projeto de reorganização societária do Grupo OHL Brasil, o qual visou o aumento de eficiência econômica e ganho de sinergia, a diminuição de custos operacionais e financeiros e a simplificação da estrutura societária.

Relatório da Administração

Vianorte



Em 03 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Partícipes em Brasil S.L., controladora direta da OHL Brasil e que por sua vez controla a Vianorte S.A., foi adquirida pela Abertis Infraestructuras S.A., sociedade espanhola, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, uma sociedade organizada e existente de acordo com a lei de Barbados. Como resultado dessa operação, Abertis e Brookfield passam a ser titulares de 51% e 49% do capital da Partícipes em Brasil, respectivamente.

A Arteris S.A. (“Arteris” ou “Companhia”), nova denominação social da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil), comunicou em 20 de dezembro de 2012 aos seus acionistas e ao mercado em geral a aprovação da nova denominação na Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, considerando a conclusão do processo de transferência do controle acionário da Companhia para a Abertis e Brookfield.

Atualmente, a Companhia opera quatro praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome da Praça	Localização	Tarifa (R\$)
Sales Oliveira	SP 330 / KM 350	9,30
Ituverava	SP 330 / KM 405	11,30
Sertãozinho	SP 322 / KM 327,5	5,60
Pitangueiras	SP 322 / KM 361	7,40

TERMO ADITIVO MODIFICATIVO

Em 05 de janeiro de 2012, foi publicado no Diário Oficial do Estado o Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) ao Contrato de Concessão entre a ARTESP (“Poder Concedente”) e a Companhia. Referido TAM teve como objeto a alteração (i) do índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, do Índice Geral de Preço de Mercado (“IGP-M”) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”); e (ii) do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário.

Relatório da Administração



Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor da Companhia ou a favor do Poder Concedente, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobrada pela Companhia, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGP-M.

O desequilíbrio será apurado no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), mas a periodicidade poderá ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano.

Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e será aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. Foi determinada a utilização do IGPM, nos termos originais dos contratos de concessão.

O Conselho Diretor deliberou, ainda, sobre as medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão nos seguintes termos: (i) utilização de 50% do valor de ônus variável; (ii) implementação de cobrança de eixos suspensos dos caminhões; (iii) utilização de créditos em favor do Estado de adequações de cronograma decorrentes de atrasos e postergações de obras; (iv) utilização do ônus fixo devido ao Estado.

Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 30 de setembro de 2013, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo – TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Em 18 de dezembro de 2014, foi publicado no Diário Oficial do Estado o Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) ao Contrato de Concessão entre a ARTESP (“Poder Concedente”) e a Companhia. O Referido TAM teve como objeto aprovar a 11ª adequação do cronograma físico-financeiro do Contrato de Concessão, ficando reconhecido o desequilíbrio da equação econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

Relatório da Administração



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

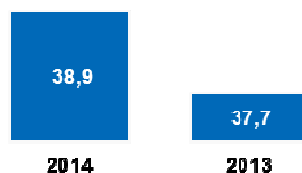
Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 38,9 milhões de veículos equivalentes em 2014, 3,2% superior quando comparado ao exercício anterior. O aumento do tráfego equivalente deve-se principalmente ao desempenho até julho de 2014, que quando comparado até julho de 2013 apresenta um crescimento pois no mesmo período de 2013 ainda não havia a cobrança dos eixos suspensos. E também pela cheia do Rio Madeira em Porto Velho no primeiro semestre, onde uma das opções para o escoamento da safra de soja era o porto de Santos, conseqüentemente passando pelas praças de Sales Oliveira e Ituverava.

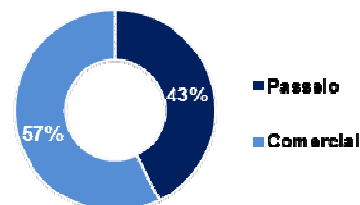
A partir de agosto tivemos queda, pois a comparação se dá com o mesmo período do ano anterior onde já havia iniciado a cobrança dos eixos suspensos.

Os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à exportação e importação e a desaceleração da atividade econômica brasileira em 2014. Segundo o site “desenvolvimento.gov” houve queda nas exportações e importações em relação a 2013 e por ser a rodovia anhanguera um dos principais corredores de exportação, importação e distribuição interna acaba sofrendo com a queda e a SP 322 com a queda na entrega e distribuição regional e de etanol nos terminais petrolíferos na região de Ribeirão Preto.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)



Composição do Tráfego
Ano de 2014

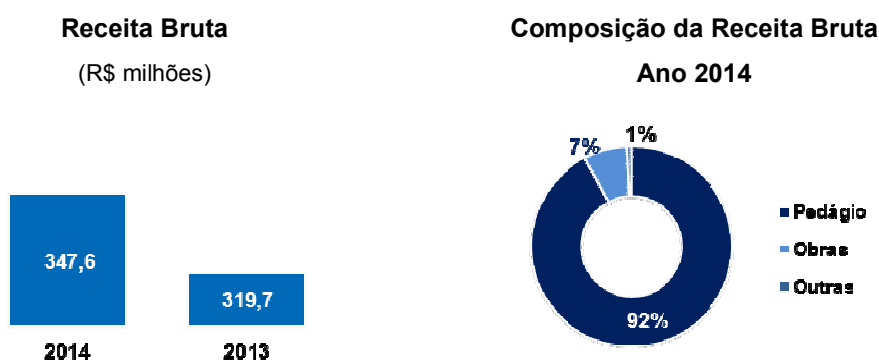


Relatório da Administração



Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$347,6 milhões em 2014, com crescimento de 8,7% em relação aos R\$319,7 milhões registrados em 2013.



A receita de pedágio cresceu 5,9%, passando de R\$302,9 milhões em 2013 para R\$320,7 milhões em 2014. As principais razões que levaram ao aumento foram: (i) crescimento do tráfego pedagiado e (ii) reajuste à partir de 01/07/2014 de 5,58% na tarifa básica praticada, com base na evolução do IPCA entre os meses de junho de 2013 e maio de 2014 conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo de 05 de janeiro de 2012, ajustado pela absorção de ganhos extraordinários relacionados à cobrança dos eixos suspensos de veículos comerciais pelo período de 28/07/2013 a 31/05/2014.

A receita de obras totalizou R\$24,5 milhões, aumento de R\$9,7 milhões em relação ao ano anterior, seguindo o cronograma de investimentos no período. A contrapartida desta receita de igual montante está demonstrada na rubrica de Custo dos Serviços de Construção, eliminando seu efeito no resultado.

Este ajuste foi realizado em atendimento as novas normas internacionais de contabilidade representada pelo ICPC 01.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio totalizaram R\$2,4 milhões em 2014, 24,8% maior em comparação ao R\$1,9 milhão do ano de 2013.

Relatório da Administração

No ano de 2014, a Companhia obteve receita líquida de R\$319,5 milhões, sendo R\$27,9 milhões superior a receita líquida apresentada no ano de 2013.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Custo dos serviços de construção	(24,5)	(14,8)	65,3%
Serviços de terceiros	(13,2)	(10,4)	27,0%
Pessoal	(16,9)	(13,4)	26,4%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(4,6)	(33,8)	-86,5%
Conservação	(10,0)	(9,8)	1,7%
Custos com poder concedente	(4,8)	(7,1)	-31,7%
Seguros e garantias	(1,9)	(1,6)	16,8%
Remuneração da Administração	(1,3)	(0,7)	86,1%
Consumo	(2,4)	(2,4)	-0,8%
Outros	(8,5)	(6,1)	39,0%
Custos e despesas	(88,0)	(100,1)	-12,0%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) apresentaram redução de 12,0% em 2014 em comparação ao exercício de 2013. As principais variações no período estão descritos nos itens abaixo:

- Aumento de R\$9,7 milhões em “custo dos serviços de construção” em virtude da execução de investimentos em intangível de acordo ao cronograma de obras do contrato de concessão;
- Aumento de R\$3,5 milhões em “pessoal” deve-se a alteração no critério de rateio das despesas corporativas entre as concessionárias do grupo;
- Aumento de R\$2,8 milhões em “serviços de terceiros” deve-se a alteração no critério de rateio das despesas corporativas entre as concessionárias do grupo;
- Aumento de R\$2,5 milhões em “outros” se deve: (i) variação de R\$1,4 milhões nas contas de provisão de contingências cíveis e trabalhistas referente a entradas e reclassificações de processos, não afetando o caixa da Companhia (ii) reconhecimento das perdas de receitas;
- Redução R\$29,2 milhões em “Provisão p/ manutenção em rodovias” em função da finalização da obra de manutenção da 4ª intervenção na Rodovia SP-330, em especial aos serviços de fresagem funcional, reciclagem de base e micropavimentação. Os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores;

Relatório da Administração

Vianorte

arteris

- Redução de R\$2,3 milhões em “custos com poder concedente” decorrente da autorização emitida em 27/07/2013 DOE processo 15.747/2013 do não recolhimento de 1,5% da outorga variável nos meses de julho, agosto e setembro e também pela prorrogação autorizada pelo Conselho Diretor da Artesp ocorrida em reunião datada de 14/12/2013, que deliberou por prazo indeterminado da retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária).

Cabe ressaltar que o custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção do ICPC 01, tem como contrapartida receita de obras equivalente, não impactando o resultado da Companhia.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Receita Líquida	319,5	293,5	8,9%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(88,0)	(100,1)	-12,0%
EBITDA	231,5	193,4	19,7%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	4,6	33,8	-86,5%
EBITDA Ajustado	236,0	227,2	3,9%

EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2014 em R\$236,0 milhões, com um aumento de 3,9% em relação ao ano anterior. O aumento foi impactado principalmente pelo crescimento do tráfego pedagiado, reajuste da tarifa de pedágio e redução de custos e despesas.

Relatório da Administração**Resultado Financeiro**

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Receitas Financeiras	35,7	17,7	101,7%
Despesas Financeiras	(51,8)	(43,8)	18,3%
Resultado Financeiro Líquido	(16,1)	(26,1)	-38,3%

O resultado financeiro líquido de 2014 foi negativo em R\$16,1 milhões, 38,3% menor quando comparado ao ano de 2013. Os principais fatores que contribuíram para esta redução foram:

- Aumento de R\$18,0 milhões em receita devido a aplicações financeiras, influenciada pela alta da taxa de juros "CDI", a qual remunera os recursos no caixa da Companhia.
- As despesas financeiras tiveram aumento de R\$8,0 milhões em relação ao ano anterior influenciado pela liberação de recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures e pela alta da taxa de juros "CDI", a qual remunera os juros das operações de empréstimos.

Lucro Líquido

Com aumento da receita líquida do período, impulsionado pela expansão do tráfego e reajuste da tarifa de pedágio, a Companhia encerrou o exercício de 2014 com um aumento de R\$28,7 milhões em seu lucro líquido quando comparado aos R\$67,4 milhões do ano anterior. Este resultado se deu principalmente em função do aumento das receitas e redução dos custos e despesas operacionais além da redução do resultado financeiro líquido negativo.

Lucro Líquido

(R\$ milhões)



Relatório da Administração**Endividamento**

R\$ milhões	31/12/2014	31/12/2013	Var.
Dívida Bruta	295,7	176,6	67,4%
Curto Prazo	117,2	44,0	166,4%
Longo Prazo	178,5	132,6	34,6%
Disponibilidades e aplicações financeiras	(182,1)	(54,4)	234,7%
Dívida Líquida	113,6	122,2	-7,0%

O endividamento bruto da Companhia no encerramento do ano de 2014 era de R\$295,7 milhões contra R\$176,6 milhões do ano de 2013. Esse aumento se deve à emissão da 2ª emissão de debêntures série única.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2014 em R\$113,6 milhões, apresentando aumento de R\$8,6 milhões em relação ao encerramento do exercício de 2013, resultante dos pagamentos citados anteriormente e da redução das disponibilidades de caixa. O grau de alavancagem medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado – Ônus Fixo (últimos 12 meses) ficou em 0,7x.

DIVIDENDOS

Durante o ano de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários conforme distribuição abaixo representada:

Proventos em Dinheiro	Deliberado em	Pagamento em	Valor
Dividendos	15/04/2014	16/04/2014	R\$ 38 milhões
Dividendos	18/08/2014	18/08/2014	R\$ 39 milhões

INVESTIMENTOS

Em 2014, a Vianorte investiu R\$25,5 milhões em ativos imobilizados e intangíveis. Além disso, foram pagos R\$19,0 milhões em obras de manutenção e conservação das rodovias administradas pela Companhia. Os recursos foram aplicados principalmente nas seguintes obras:

Relatório da Administração

Vianorte



- implantação de sistemas de drenagem ao longo da malha concessionada;
- serviços de revegetação com grama em placas e pelo processo de hidro-semeadura;
- implantação de sinalização vertical;
- plantio de árvores nativas;
- recuperação de Obras de Arte (Pontes e Viadutos);
- recuperação de pavimento da rodovia SP-330 (Anhanguera) e de dispositivos ao longo da malha rodoviária;
- remodelação do trevo na rodovia SP 322 km 307.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2014	2013
Empregos diretos	252	265
Índice de rotatividade	1,61%	1,38%

No que concerne a diversidade, apresentamos um indicador equilibrado, com 46% de homens, contra 54% de mulheres. A média de idade está concentrada em 35 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal concentra-se no Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau), com 75% dos empregados. Vale mencionar que 24% possuem superior completo.

Ao longo de 2014, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 5.229 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 18:57 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Vianorte estabeleceu como um dos seus compromissos o desenvolvimento de relacionamento com as comunidades lindeiras à sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados à educação, saúde, cultura e meio-ambiente. Os principais projetos são:

Sustentabilidade

A Arteris é uma empresa focada em desenvolver seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento dos municípios lindeiros, dos

Relatório da Administração



colaboradores e da sociedade como um todo. A companhia desenvolve diversos programas focados em reduzir acidentes nas rodovias sob concessão, assim como promover educação para o trânsito, a preservação ambiental e desenvolvimento sociocultural das comunidades em que está inserida.

Segurança

A companhia possui a meta de reduzir em 50% o número total de acidentes nas estradas sob controle do grupo no período 2011-2020, reproduzindo internamente a meta da ONU sobre o tema – Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito. A companhia mantém o GERAR – Grupo Estratégico para Redução de Acidentes, responsável por estabelecer estudos e planos de ação, para reduzir o número de acidentes. Em setembro de 2014, foi realizado o 1º Mês da Segurança Arteris, iniciativa voltada para conscientizar motoristas, colaboradores e a sociedade em geral sobre a importância de uma atitude consciente no trânsito. A iniciativa foi encerrada com o 1º Fórum Arteris de Segurança, com a presença de representantes de agências reguladoras do Estado de São Paulo e Federal, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Rodoviária Federal, instituições de pesquisa, OMS (Organização Mundial da Saúde), e organizações não governamentais.

Educação

A humanização do trânsito é prioridade da atuação da Arteris na área de educação. A companhia desenvolve o Projeto Escola, que prepara professores da rede pública para atividades com alunos de 1º e 2º graus, sobre segurança no trânsito. A mesma estratégia de abordagem é aplicada para a preparação desses profissionais sobre temas ambientais por meio do Viva Meio Ambiente.

O Projeto Escola é uma iniciativa de educação reconhecida pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). Também são desenvolvidas ações específicas por meio do Passarela Viva (voltada para pedestres), Viva Ciclista e Viva Motociclista, de forma a conscientizar esses públicos sobre a importância de uma postura responsável no trânsito.

Saúde

O Programa “Viva Saúde” já beneficiou quase 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O motivo é que esses profissionais de transporte nem sempre possuem condições de realizar os cuidados com a saúde. Assim, o programa favorece uma abordagem preventiva e que estimula a qualidade de vida e as boas práticas.

Relatório da Administração



Meio Ambiente

A sustentabilidade dos negócios é uma prioridade da companhia, objetivo este buscado por meio de controle de emissões e do uso racional de recursos naturais, assim como por programas envolvendo populações do entorno da rodovia. O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo por meio do qual a Arteris e suas concessionárias acompanham a execução das ações nesta área. Focando a preservação das áreas próximas às rodovias, a Arteris desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas para prevenir acidentes nas rodovias envolvendo animais. Além disso, faz controle e reciclagem do lixo; possui convênios com várias Universidades Estaduais e Federais no controle da fauna; adota postura responsável com a utilização de cisternas para coleta de água de chuva em todas as suas bases operacionais, em prol da preservação da água.

Cultura e Esporte

O apoio a projetos esportivos e culturais relevantes para as regiões em que as concessionárias Arteris estão inseridas é uma prioridade da companhia, ao lado da promoção de parcerias com importantes instituições culturais para a promoção no Brasil de exposição de artistas de destaque no cenário internacional. Em 2014, a Arteris apoiou a vinda ao Brasil da exposição mais visitada no mundo, e mais completa já vista no Brasil do Salvador Dalí. Mais de 1,5 milhão de pessoas puderam apreciar obras do artista plástico espanhol no Rio de Janeiro e São Paulo. A companhia também promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar à exposição crianças e adultos que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

Voluntariado

O público interno da companhia é estimulado a manter uma relação de proximidade com as comunidades em que estão inseridos por meio do Programa Voluntários. Desta forma, a empresa estimula os seus colaboradores a desenvolver uma atitude transformadora, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa. A iniciativa ajuda no desenvolvimento das habilidades pessoais dos profissionais. Ao mesmo tempo, agrega valor aos negócios e fortalece a imagem da Arteris.

Relatório da Administração

Vianorte



AGRADECIMENTOS

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Vianorte S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer BDO RCS Auditores Independentes S.S. e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Diretoria

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Olga Maria Ulian Cotrim

Diretora Superintendente

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán

Conselheiro

Marta Casas Caba

Conselheira

Marcos Pinto Almeida

Conselheiro

Relatório da Administração



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vianorte S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima domiciliada no Município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Brasil situada na Rodovia Atílio Balbo, km 327,5. Constituída em 06 de Março de 1998, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. (“Arteris”). A Sociedade iniciou suas operações em 06 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997 e tem por objetivo exclusivo realizar, sob regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP-330 Rodovia Anhanguera, SP-322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira, SP-328 Rodovia Alexandre Balbo/contorno Norte de Ribeirão Preto e SP-325/322 Avenida dos Bandeirantes, compreendendo a execução, gestão e fiscalização de serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária compreendendo às funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não concessionária.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015.

2. CONCESSÕES

O contrato de concessão e exploração das rodovias é constituído pelos sistemas rodoviários mencionados na nota explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito da outorga e como contrapartida, o passivo na rubrica de “Credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nºs 10 e 14, respectivamente.

Conforme estabelecido no contrato de concessão da Sociedade, as tarifas de pedágio eram reajustadas no mês de julho de cada ano com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio.

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo e Modificativo - TAM em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Índice Geral de Preços do

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Mercado - IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entraram em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do secretário estadual de logística e transportes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012, e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. Em antecipação ao reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013, com exceção aos pagamentos efetuados em novembro de 2013.

Excepcionalmente nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 1 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E. de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente a outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, deliberação extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste de 5,58%. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Na data base de 31 de dezembro de 2014, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

NA SP 322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira

- Duplicação do trecho entre o km 343+500 ao km 390+500 - Sertãozinho/ Bebedouro;
- Duplicação do trecho entre o km 307+500 ao km 325+910 - Contorno Viário Sul;
- Construção de dispositivos de acessos/retornos;
- Construção de passarelas no km 334+860 e no km 337+790 - Sertãozinho;
- Construção de marginais entre o km 333+160 ao km 343+480;
- Ampliação de dispositivo com a SP 325/322 no km 325+910 (entroncamento);
- Construção da transposição sobre o Córrego Santa Elisa no km 345+100.

Na SP 328 Rodovia Alexandre Balbo

- Duplicação do trecho entre o km 323+130 ao km 337+010;
- Construção de dispositivos nos kms 326+220 / 330+720 / 334+710 / 335+160 - passagem superior (PSU).

Na SP 330 Rodovia Anhanguera

- Construção de passarela no km 380 - São Joaquim da Barra;
- Construção do posto de suporte ao usuário em Orlandia no km 366+150;

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

- Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Cação no km 319+650.

Na SP 325/322 - Avenida dos Bandeirantes

- Construção de passarela no km 8+550;
- Construção de galeria de aço no km 6+400;
- Construção de dispositivo km 8+300.

A Sociedade estima nas datas de 31 de dezembro de 2014, os montantes de R\$5.694 respectivamente referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$86.061 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Os valores referentes a 31 de dezembro de 2014 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 15.2.

A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional e; (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 **(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b) Aplicações financeiras

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**4.2. Imobilizado**

Avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, quando aplicável, limitadas ao prazo da concessão.

4.3. Ativo intangível**Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão**

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporado no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo do contrato.

4.6. Instrumentos financeiros passivos**a) Classificados como dívida ou patrimônio**

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº14.

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão”, registrado no passivo circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros contratados na época em que as transações originaram-se.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, conforme a nota explicativa nº 7.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

4.8. Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade são retidos pelo arrendador e são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

4.9. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 15.1.

4.10. Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

as incertezas a ele associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2014. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Credores da concessão: decorrentes das obrigações assumidas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, e deve ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	23.651	28.446
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>23.649</u>	<u>28.253</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>2</u>	<u>193</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	47.990	45.402
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>46.752</u>	<u>44.221</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>1.238</u>	<u>1.181</u>

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

<u>Não circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	40.489	47.724
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>34.110</u>	<u>40.680</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>6.379</u>	<u>7.044</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	103.308	145.646
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>93.177</u>	<u>128.265</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>10.131</u>	<u>17.381</u>

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 14.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.11. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecida no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.12. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

4.13. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

4.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.15. Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IFRS 11 - Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto	Fornecer as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 - Combinações de negócios.	(1)
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(1)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(2)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.	(3)
	(1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;	
	(2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;	
	(3) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;	

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	1.716	2.025
Aplicações financeiras (*)	<u>124.851</u>	<u>36.199</u>
Total	<u>126.567</u>	<u>38.224</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDB	6.300	2.700
Fundos de investimentos	<u>118.551</u>	<u>33.499</u>
Total	<u>124.851</u>	<u>36.199</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas na média a 100,9% da variação do CDI no período.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	17.197	16.259
Cupons de pedágio a receber	295	385
Cartões de pedágio a receber	<u>127</u>	<u>255</u>
Total	<u>17.619</u>	<u>16.899</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 23c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2014. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	4.332	3.145
Provisão de participação nos lucros	755	-
Ágio incorporado da SPR (c)	5.078	11.849
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (b)		
Provisão para manutenção	57.759	68.933
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	18.723	24.662
Ajuste dos encargos financeiros	<u>10.301</u>	<u>9.948</u>
Base de cálculo	96.948	118.537
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>32.962</u>	<u>40.303</u>

- (a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (c) Crédito decorrente do processo de incorporação da SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A., antiga controladora da Vianorte, constituído sobre a parcela do ágio amortizado pela SPR no período de dezembro de 2006 a setembro de 2010, a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

2016	14.753
2017	15.361
Após 2018	<u>2.848</u>
	<u>32.962</u>

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes as debêntures. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo e depositando diariamente parte de sua arrecadação para fazer frente ao pagamento dos juros e da parcela de principal (anual) das debêntures da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o valor da aplicação é de R\$55.531 (R\$16.216 em 31 de dezembro de 2013), essas aplicações foram remuneradas em média 100,9% da variação do CDI.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	<u>Móveis, utensílios e instalações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Instalações, edifícios e dependências</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>				
Saldo em 31/12/2012	<u>2.630</u>	=	<u>96</u>	<u>2.726</u>
Adições	333	78		411
Alienações/baixas	<u>(156)</u>			<u>(156)</u>
Saldo em 31/12/2013	<u>2.807</u>	<u>78</u>	<u>96</u>	<u>2.981</u>
Adições	182	-	-	182
Alienações/baixas	<u>(22)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(22)</u>
Saldo em 31/12/2014	<u>2.967</u>	<u>78</u>	<u>96</u>	<u>3.141</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31/12/2012	<u>(1.609)</u>	=	<u>(63)</u>	<u>(1.672)</u>
Depreciações	(303)	(15)	(10)	(328)
Alienações/baixas	<u>153</u>			<u>153</u>
Saldo em 31/12/2013	<u>(1.759)</u>	<u>(15)</u>	<u>(73)</u>	<u>(1.847)</u>
Depreciações	(324)	(16)	(10)	(350)
Alienações/baixas	<u>20</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20</u>
Saldo em 31/12/2014	<u>(2.063)</u>	<u>(31)</u>	<u>(83)</u>	<u>(2.177)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31/12/2013	1.048	63	23	1.134
Saldo em 31/12/2014	904	47	13	964
Taxas de depreciação - %	16,25	20	11,78	-

Notas Explicativas

VIANORTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	<u>Intangível em rodovias - obras e serviços (a)</u>	<u>Direito de outorga da concessão (b)</u>	<u>Direito de outorga da incorporação (c)</u>	<u>Software</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2012	<u>495.719</u>	<u>254.971</u>	<u>60.326</u>	<u>2.636</u>	<u>1</u>	<u>813.653</u>
Adições	7.710		337		6.783	14.830
Transferências/Reclassificações	(729)					(729)
Alienações/baixas	<u>(295)</u>			<u>(64)</u>		<u>(359)</u>
Saldo em 31/12/2013	<u>502.405</u>	<u>254.971</u>	<u>60.326</u>	<u>2.909</u>	<u>6.784</u>	<u>827.395</u>
Adições	10.013	-	-	424	14.029	24.466
Transferências/Reclassificações	<u>20.813</u>				<u>(20.813)</u>	-
Alienações/baixas	<u>(137)</u>					<u>(137)</u>
Saldo em 31/12/2014	<u>533.094</u>	<u>254.971</u>	<u>60.326</u>	<u>3.333</u>	-	<u>851.724</u>
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2012	<u>(304.354)</u>	<u>(131.499)</u>	<u>(16.342)</u>	<u>(1.969)</u>		<u>(454.164)</u>
Amortização	(33.760)	(22.952)	(7.216)	(80)		(64.008)
Transferências/Reclassificações	729					729
Alienações/baixas	<u>251</u>			<u>15</u>		<u>266</u>
Saldo em 31/12/2013	<u>(337.134)</u>	<u>(154.451)</u>	<u>(23.558)</u>	<u>(2.034)</u>		<u>(517.177)</u>
Amortização	(38.760)	(23.921)	(8.176)	(63)		(70.920)
Alienações/baixas	<u>133</u>					<u>133</u>
Saldo em 31/12/2014	<u>(375.761)</u>	<u>(178.372)</u>	<u>(31.734)</u>	<u>(2.097)</u>		<u>(587.964)</u>

Notas Explicativas**VIANORTE S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31/12/2013	165.271	100.520	36.768	875	6.784	310.218
Saldo em 31/12/2014	157.333	76.599	28.592	1.236	-	263.760
Taxas anuais de amortização %	25,34	25,34	25,34	25,34	-	-

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetada até o prazo final da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 14.
- (c) Refere-se a direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2010, da controladora SPR - Sociedade Para Participações em Rodovias S.A. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de veículos (Finame) (a)	6,0% a.a	<u>317</u>	
Passivo não circulante:			
Financiamento de veículos (Finame) (a)	6,0% a.a	<u>754</u>	
		<u>1.071</u>	-

(a) Recursos obtidos para financiamento de veículos, tendo como garantia o próprio bem.

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2016	426
2017	328
	<u>754</u>

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**12. DEBÊNTURES**

Os saldos estão representados por:

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais(%)	Vencimentos	31.12.2014		31.12.2013	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª série (a)	153.776	CDI + 1,7% a.a.	Março/2014	-	-	36.379	9.054
2ª série (b)	100.000	IPCA + 8% a.a.	Março/2017	52.408	88.015	7.880	123.834
2ª emissão (c)	<u>150.000</u>	CDI + 0,86% a.a.	Março/2017	<u>64.892</u>	<u>90.000</u>	-	-
	403.776			117.300	178.015	44.259	132.888
Custo de Transação Total				<u>(426)</u>	<u>(252)</u>	<u>(300)</u>	<u>(250)</u>
				116.874	177.763	43.959	132.638

(a) 1ª emissão de debêntures - 1ª série CDI de 15 de março de 2010 com valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2013 de R\$1(mil Reais) cada uma.

(b) 1ª emissão de debêntures-2ª série IPCA de 15 de março de 2010 com valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2014 de R\$1 (mil Reais) cada uma.

(c) 2ª emissão de debêntures CDI emitidas em 20 de março de 2014 com valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2014 de R\$10 (dez mil Reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data da emissão	Valor nominal	Data da integralização	Valor Subscrito
1ª Emissão -				
1ª Série	15.03.2010	153.776	26.04.2010	155.486
2ª Série	15.03.2010	100.000	27.04.2010	101.583
2ª Emissão -	20.03.2014	<u>150.000</u>	25.03.2014	<u>150.195</u>
		403.776		407.264

As debêntures da 1ª série foram pré-pagas a fim de reestruturar e melhorar o perfil de amortização e vencimentos dos endividamentos

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

A remuneração das debêntures da 1ª emissão - 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, desde março de 2011, e será amortizada anualmente em 3 parcelas a partir de 15 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga semestralmente todo dia 20 dos meses de setembro e março e será amortizada semestralmente após um ano de carência nos meses de março e setembro.

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2016	107.345
2017	70.418
	<u>177.763</u>

As debêntures da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivada na CVM.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 53,06% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“*Sinking Fund*”), conforme descrito na nota nº 8.

As debêntures da 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por aval prestado pela Arteris S.A., em favor dos debenturistas.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante-</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A. (c)	17.622	10.075
Contas a receber		
Centrovias	49	
Intervias	49	
Autovias S.A. (b)	49	-
Total	<u>17.769</u>	<u>10.075</u>
<u>Ativo não circulante:</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A. (c)	164.075	154.000
Total	<u>164.075</u>	<u>154.000</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	964	267
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	834	1.815
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	461	250
Autovias S.A. (b)	80	-
Total	<u>2.339</u>	<u>2.332</u>

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2014</u>			<u>31.12.2013</u>		
		<u>31.12.2014</u>			<u>31.12.2013</u>	
<u>Contas de resultado</u>	Conservação da rodovia	Receitas financeiras	Despesas gerais	Conservação da rodovia	Receitas financeiras	Despesas gerais
Arteris S.A. (c)	-	20.731	-	-	11.853	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	9.466	-	3.399	12.374	-	3.048
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	<u>2.459</u>	<u>-</u>	<u>921</u>	<u>2.928</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>11.925</u>	<u>20.731</u>	<u>4.320</u>	<u>15.302</u>	<u>11.853</u>	<u>3.048</u>

(a) Referem-se a prestação de serviços direcionados a manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.

(b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris, controladora da Sociedade, adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio dos custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.

(c) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,7% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

<u>Data da liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
28/01/2013	Dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	54.000	10.484	4.225
02/05/2013	Dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	100.000	17.213	5.850
Total			<u>154.000</u>	<u>27.697</u>	<u>10.075</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.303 (R\$668 em 31 de dezembro de 2013), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e outras partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$755 e R\$948.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do estatuto social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

14. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 237 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor das Sociedades ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012 e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2013 pelo índice do IGP-M, mas com repasse zero aos usuários. Como forma de recomposição do reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013, com exceção aos pagamentos efetuados em novembro de 2013. Na data base de 31 de dezembro de 2014, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste em 5,58%. A Sociedade não concorda com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e está tomando as medidas necessárias de defesa para garantir seus direitos.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Direito de outorga - parcela fixa	46.336	43.825	47.574	45.006
Parcela variável (a)	<u>416</u>	<u>396</u>	<u>416</u>	<u>396</u>
Total	<u>46.752</u>	<u>44.221</u>	<u>47.990</u>	<u>45.402</u>

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

<u>Não circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Direto de Outorga - parcela fixa	<u>93.177</u>	<u>128.265</u>	<u>103.308</u>	<u>145.646</u>
	<u>93.177</u>	<u>128.265</u>	<u>103.308</u>	<u>145.646</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 1 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E. de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente à outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2014 está assim representada:

	<u>Parcelas</u>		<u>Total</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
Saldo de Parcelas	12	26	38

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ao Poder Concedente foi de R\$50.570 (R\$45.743 de parcela fixa e R\$4.827 de parcela variável).

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2016	47.680
2017	47.680
Após 2018	<u>7.948</u>
	<u>103.308</u>

15. PROVISÕES**15.1. Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais**

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são conforme seguem:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2014</u>
Cíveis	833	585	(108)	(163)	1.147
Trabalhistas	<u>2.312</u>	<u>1.376</u>	<u>(407)</u>	<u>(96)</u>	<u>3.185</u>
Total	3.145	1.961	(515)	(259)	4.332

	<u>31.12.2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2013</u>
Cíveis	771	241	34	(213)	833
Trabalhistas	<u>2.932</u>	<u>1.116</u>	<u>(1.038)</u>	-	<u>2.312</u>
Total	3.703	1.357	(1.004)	(911)	3.145

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$1.036 e R\$322,

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2014 (R\$781 e R\$932, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

15.2. Provisão para manutenção

A contabilização das provisões de manutenção nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são conforme seguem:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u> Manutenção em <u>rodovias</u>	<u>Não Circulante</u> Manutenção em <u>rodovias</u>
Saldos em 31.12.2013	28.253	40.680
Adições	-	(1.435)
Utilizações	(13.039)	-
Ajuste a valor presente	-	3.300
Transferências	<u>8.435</u>	<u>(8.435)</u>
Saldos em 31.12.2014	23.649	34.110

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u> Manutenção em <u>rodovias</u>	<u>Não Circulante</u> Manutenção em <u>rodovias</u>
Saldos em 31.12.2012	18.604	31.901
Adições	-	23.824
Utilizações	(7.492)	-
Ajuste a valor presente	-	2.096
Transferências	<u>17.141</u>	<u>(17.141)</u>
Saldos em 31.12.2013	28.253	40.680

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$19.045 (R\$18.292 em 31 de dezembro de 2013).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é de R\$113.652 , integralizado pelo valor de R\$107.542 . As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2014 estão demonstradas a seguir:

		<u>31.12.2014</u>	
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações Integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	<u>1.132.038</u>	<u>1.071.134</u>	<u>100,00</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2014, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$38.296, pagos em abril de 2014 como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Em 18 de agosto de 2014 a sociedade efetuou antecipação de dividendos referente ao período findo em 30 de junho de 2014 no montante de R\$39.380, mediante a utilização dos saldos da conta de reserva de lucros a títulos de dividendos declarados na Reunião da Administração de 18 de agosto de 2014.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro líquido do exercício	96.075	67.381
Reserva legal 5%	4.804	3.369
Base de cálculo	91.271	64.012
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Total	<u>22.818</u>	<u>16.003</u>
Dividendos antecipados	(39.380)	(25.716)
Dividendos propostos	48.865	38.296

A Administração da Sociedade propôs a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2014, totalizando R\$48.865 a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária (R\$38.296 em 31 de dezembro de 2013).

Juros sobre capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do período findo em 31 de dezembro de 2014 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$3.026, líquidos de R\$454.

17. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receita de serviços prestados	320.695	302.901
Receita de serviços de construção	24.466	14.831
Outras receitas	<u>2.406</u>	<u>1.929</u>
	<u>347.567</u>	<u>319.661</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receita Bruta	347.567	319.661
ISSQN	(16.145)	(15.231)
PIS	(2.128)	(2.005)
COFINS	<u>(9.821)</u>	<u>(9.258)</u>
Receita líquida	<u>319.473</u>	<u>293.167</u>

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representadas por:

Custos:	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Custo de construção	(24.466)	(14.831)
Com pessoal	(11.014)	(9.846)
Serviços de terceiros	(8.878)	(8.337)
Depreciação e amortização	(70.920)	(56.250)
Custos com poder concedente	(4.847)	(7.109)
Seguros e garantias	(1.850)	(1.543)
Conservação	(9.970)	(9.702)
Provisão de manutenção em rodovias	(4.571)	(33.813)
Outros	<u>(6.170)</u>	(5.928)
Total	<u>(142.686)</u>	(147.359)

Despesas:	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Com pessoal	(5.929)	(3.624)
Serviços de terceiros	(4.331)	(2.044)
Depreciação e amortização	(350)	(8.086)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.446)	308
Seguros e garantias	(18)	(12)
Consumo	(2.381)	(2.388)
Transporte	(559)	(451)
Outros	<u>(464)</u>	<u>(195)</u>
Total	<u>(15.478)</u>	<u>(16.492)</u>

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

19. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representadas por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	20.731	11.853
Aplicações financeiras	14.998	5.856
Outras receitas	-	<u>7</u>
	<u>35.729</u>	<u>17.716</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(34.026)	(23.426)
Atualização monetária do ônus da concessão	(13.167)	(17.233)
Ajuste a valor presente	(3.300)	(2.094)
Outras despesas	<u>(1.354)</u>	<u>(1.000)</u>
	<u>(51.847)</u>	<u>(43.753)</u>

20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	(826)	(200)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

21. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	144.046	102.909
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente nominal	(48.976)	(34.989)
Ajustes para a alíquota efetiva		
Juros sobre o capital próprio	1.029	
Efeito de adições e exclusões	<u>(24)</u>	<u>(539)</u>
Despesa contabilizada	<u>(47.971)</u>	<u>(35.528)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(40.632)	(35.289)
Diferidos	<u>(7.339)</u>	<u>(239)</u>
	<u>(47.971)</u>	<u>(35.528)</u>

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.973 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

A Sociedade decidiu pela não adoção antecipada conforme Lei 12.973, 14.

22. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico/diluído</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro líquido do exercício	96.075	67.381
Número de ações durante o ano	<u>1.071</u>	<u>1.071</u>
Lucro por ação - básico/diluído	<u>0,8934</u>	<u>0,6266</u>

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Não há diferença entre o lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados ou outras opções a serem conciliadas.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

<u>Ativos</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Empréstimos e recebíveis</u>
Caixa e equivalentes de caixa	126.567	38.224
Aplicações financeiras	55.531	16.216
Contas a receber de clientes	17.619	16.899
Partes relacionadas	181.844	164.075
Outras contas a receber	70	43

<u>Passivos</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
	<u>Passivos financeiros ao custo amortizado</u>	<u>Passivos financeiros ao custo amortizado</u>
Fornecedores e cauções contratuais	4.467	3.896
Debêntures	294.637	176.597
Partes relacionadas	2.339	2.332
Credores pela concessão	139.929	172.486
Outras contas a pagar	158	105

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos com partes relacionadas.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>	<u>Cenário IV (- 25%)</u>
CDI	12,50%	15,63%	18,75%	9,38%
Juros a incorrer (*)	(24.277)	(28.595)	(32.827)	(19.899)
Receita de aplicações financeiras	22.751	28.438	34.126	17.063
Receitas financeiras de mútuos	25.989	31.658	37.288	20.318
IPCA	6,40%	8,00%	9,60%	4,80%
Juros a incorrer (*)	(5.743)	(5.833)	(5.922)	(5.653)
Juros a Incorrer líquido	<u>18.720</u>	<u>25.669</u>	<u>32.666</u>	<u>11.830</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2014 a sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$17.619 (R\$16.899 em 31 de dezembro de 2013) das empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) <u>efetiva % a.a.</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017 em</u> <u>diante</u>	<u>Total</u>
Debêntures - 1ª emissão 2ª série	18,70	55.588	54.546	41.732	151.866
Debêntures - 2ª emissão	12,53	77.980	78.165	38.971	195.116
Finame	6,00	370	459	336	1.166
Credores pela concessão	3,67	48.322	51.070	63.645	163.037
		<u>182.261</u>	<u>184.240</u>	<u>144.684</u>	<u>511.185</u>

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

25. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais / Perda de receita (*)	200.762
	Responsabilidade civil	39.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	131.875

(*) Por Sinistro.

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Vianorte S.A.

Sertãozinho - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da Vianorte S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vianorte S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1 SP 139268/O-6 Contador CRC 1 SP 124504/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Vianorte S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Olga Maria Ulian Cotrim

Diretora Superintendente

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Vianorte S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Olga Maria Ulian Cotrim

Diretora Superintendente

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica